



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

**IDENTIFICAÇÃO**

**PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA**

**DISCIPLINA**

**EDUCAÇÃO JURÍDICA, CONFLITUOSIDADE E PROFISSIONALIZAÇÃO**

**PROFESSOR(A)**

**RAMON REBOUÇAS NOLASCO DE OLIVEIRA**

**Nº DE CRÉDITOS**

**04**

**CARGA HORÁRIA  
TOTAL**

**60**

**EMENTA**

Antecedentes históricos do ensino jurídico brasileiro. Pesquisa jurídica e extensão universitária na formação do bacharel em Direito. O papel das Práticas Jurídicas e dos estágios no itinerário formativo discente. Concepções e métodos de ensino-aprendizagem vivenciados na graduação e pós-graduação brasileira na área do Direito. Práticas judiciais e comunitárias na abordagem da conflituosidade social. O preparo dos pesquisadores e dos profissionais das carreiras jurídicas tradicionais no contexto dos novos modos de responder aos problemas contemporâneos.

**OBJETIVOS**

Este componente curricular visa explorar um pouco dos percursos trilhados pelas instituições formadoras dos profissionais do Direito no Brasil, a fim de ampliar a compreensão dos pós-graduandos em temas fundamentais para o Direito, a democracia e os conflitos sociais, em íntimo diálogo com a área de concentração do PPGD/UFERSA. Para fortalecer a Linha 2 do Programa (“Estado, conflitos e direitos fundamentais”), a disciplina contemplará o papel das instituições estatais no tratamento dos conflitos, em face do fenômeno relevante da judicialização e da ocupação central das tradicionais profissões jurídicas, afinando-se, assim, à Sublinha “Judicialização, Profissão Jurídica e Conflito”. Todavia, o foco não será “Teorias do conflito e a judicialização” (título de outra disciplina do PPGD). Por seu turno, o presente componente enfatizará a educação jurídica, os aspectos acadêmicos da formação dos bacharéis e pós-graduandos, as dimensões didático-pedagógicas dos cursos jurídicos, as experiências universitárias que marcam e modulam o trabalho dos juristas profissionais, suas práticas na vida social a partir do treinamento institucional recebido durante os processos de ensino-aprendizagem e avaliação.

De forma tópica, os objetivos podem ser descritos assim:

1. Compreender os antecedentes históricos dos cursos jurídicos nacionais;
2. Estudar a importância da pesquisa e da extensão na formação em Direito;
3. Investigar o papel das práticas jurídicas e dos estágios no itinerário formativo discente;
4. Discutir as concepções e metodologias aplicadas ao ensino, aprendizagem e avaliação na educação jurídica brasileira;
5. Identificar as relações entre a formação jurídica e as práticas judiciais e extrajudiciais no tratamento de conflitos;
6. Analisar os meios educacionais utilizados no preparo dos juristas contemporâneos para responder às demandas atuais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
<b>1. Antecedentes históricos do ensino jurídico brasileiro</b> 1.1. <i>Primeiros cursos de Direito no país e o bacharelismo liberal;</i> 1.2. <i>Discursos sobre “crise” no ensino jurídico;</i> 1.3. <i>A expansão dos cursos, sistemas de avaliação e diretrizes curriculares nacionais;</i>	10
<b>2. Pesquisa jurídica e extensão universitária na formação do bacharel em Direito</b> 2.1 <i>O reducionismo da educação jurídica às práticas de ensino bancário;</i> 2.2 <i>A iniciação científica nos cursos jurídicos e a “cientificidade” do Direito;</i> 2.3 <i>A extensão como locus marginal e residual ou como efetiva comunicação e diálogo social de formação cidadã;</i>	10
<b>3. O papel das Práticas Jurídicas e dos estágios no itinerário formativo discente</b> 3.1 <i>O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) como ambiente formativo e articulador;</i> 3.2 <i>As práticas da assistência, assessoria, consultoria e as clínicas de direitos;</i> 3.3 <i>Campos de estágios: espaços de treinamento supervisionado e/ou de exploração de mão de obra</i>	10
<b>4. Concepções e métodos de ensino-aprendizagem vivenciados na graduação e pós-graduação brasileira na área do Direito</b> 4.1 <i>Carências na formação docente: teorias de currículo, teorias da aprendizagem e aspectos didático-pedagógicos sonogados;</i> 4.2 <i>Metodologias passivas e metodologias ativas de ensino-aprendizagem-avaliação;</i> 4.3 <i>Relatos de práticas e experiências inovadoras na educação jurídica brasileira;</i>	10
<b>5. Práticas judiciais e comunitárias na abordagem da conflituosidade social</b> 5.1 <i>A judicialização como conquista cidadã e como dependência estatalizante: a retórica do acesso à Justiça;</i> 5.2 <i>A democratização da Justiça pela via comunitária: elementos do paradigma da Justiça Restaurativa;</i> 5.3 <i>Estudos de casos de tratamento de conflitos por vias não judiciais e suas contribuições para a formação jurídica.</i>	10
<b>6. O preparo dos pesquisadores e dos profissionais das carreiras jurídicas tradicionais no contexto dos novos modos de responder aos problemas contemporâneos</b> 6.1 <i>A Pedagogia do CNJ e a jurimetria guiando o discurso de eficiência da Justiça;</i> 6.2 <i>Novas tecnologias e inteligência artificial: (des)humanização em perspectiva;</i> 6.3 <i>Justiça cognitiva, cidadania planetária e transdisciplinaridade: qual profissionalização queremos?</i>	10
<b>TOTAL</b>	60

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
<p><b>Competências e Habilidades cognitivas:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar elementos marcantes do(s) pensamento(s) jurídico(s) nacional(is) no percurso do ensino jurídico;</li> <li>2. Compreender elementos básicos sobre as teorias de currículo e de aprendizagem e suas relações com experiências da educação jurídica brasileira;</li> </ol> <p><b>Competências e Habilidades procedimentais:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Inovar, em seu fazer profissional (acadêmico ou não), os modos de abordar os conflitos em âmbito judicial e extrajudicial;</li> <li>2. Desenvolver críticas embasadas a respeito das deficiências na formação jurídica ofertada pelas instituições universitárias e do sistema de Justiça brasileiro;</li> </ol> <p><b>Competências e Habilidades atitudinais:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reconhecer o valor da iniciação científica e da atividade extensionista na formação em Direito, bem como das práticas jurídicas e dos estágios;</li> <li>2. Refletir, de forma autocrítica, sobre sua formação jurídica e atuação prático-profissional.</li> </ol>

METODOLOGIA
<p>O componente curricular está formatado para permitir seu curso tanto de modo presencial quanto remotamente, com suporte de plataformas digitais de videoconferência, com atividades síncronas e assíncronas.</p> <p>A disciplina se desenvolverá com espaços abertos para interação, com debates sobre os assuntos abordados, considerando que a participação estudantil será critério avaliativo, por seu caráter formativo e por exigências da pós-graduação em preparar sujeitos ativos e criativos, capazes de se expressar com autonomia e criticidade.</p> <p>Essa participação estudantil poderá ocorrer por meio de intervenções orais e escritas, durante as aulas, assim como em avaliações específicas, na forma de apresentação de seminários e textos (artigo, ensaio, resenha, fichamento, etc.) que deverão ser entregues ao docente. Ademais, os diálogos poderão se processar por <i>e-mail</i> e outros ambientes de aprendizagem.</p> <p>Para assegurar autonomia e flexibilidade ao docente ministrante, para adequação ao perfil dos estudantes, bem como a fim de garantir segurança e transparência ao processo educacional, os pesos, prazos e formatos específicos das atividades avaliativas serão apresentados no início da primeira aula, desenvolvendo-se este PGCC no respectivo plano de curso/ensino da disciplina.</p> <p>Os métodos de ensino e recursos didáticos serão os seguintes: 1) Aula expositiva dialogada; 2) Indicação de leituras; 3)</p>

## BIBLIOGRAFIAS

### Referências básicas:

DANTAS, San Tiago; FALCÃO, Joaquim; STUCKEY, Roy. **Ensino jurídico e método de caso**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2010. 124 p. – (Cadernos FGV Direito Rio. Educação e direito, vol. 3). Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10400/Cadernos%20FGV%20Direito%20Rio%20-%20Vol.%203.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 09 jul. 2021.

FELIX, Loussia Penha Musse. (ed.) **Ensino Superior na América Latina: reflexões e perspectivas sobre Direito**. Projeto Tuning América Latina. Bilbao: Universidad de Deusto, 2014. Disponível em:

<http://tuningacademy.org/wp-content/uploads/2014/09/A-Latina-2013-Derecho-PORT.pdf>. Acesso 09 jul. 2021.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir; IMPERATORE, Jorge Luis Ribeiro. **Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo?** Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. In: Anais... XV Colóquio de Gestão Universitária: Desafios da Gestão Universitária no Século XXI, 2015, Mar Del Plata (Argentina), 2015. Disponível em: . Acesso em: 15. jul. 2019.

JANEČEK, Václav; WILLIAMS, Rebecca; KEEP, Ewart. Education for the provision of technologically enhanced legal services. **Computer Law & Security Review**, v. 40, April, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.clsr.2020.105519>. Acesso em 29 jan. 2021.

MUNOS, L., Fernando. Cause Lawyering and Compassionate Lawyering in Clinical Legal Education: The Case of Chile. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, v. 27, n. 1, 2020, p. 231-248. Disponível em:

[link.gale.com/apps/doc/A641039847/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=6276aed](http://link.gale.com/apps/doc/A641039847/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=6276aed). Acesso em 29 jan. 2021.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; CUNHA, Luciana Gross. Os indicadores sobre o Judiciário brasileiro: limitações, desafios e o uso da tecnologia. **Direito GV**, São Paulo, v. 16, n. 1, e1948, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/RvqncfcBvkKNhpdZYVRX93x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 jul. 2021.

OLIVEIRA, Ramon Rebouças Nolasco de. **Educação jurídica em contextos de inovação pedagógica e sociocultural: a experiência brasileira nas perspectivas docente e discente da FD-UnB e UFERSA**. 2019. 509 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37672>. Acesso em 09 jul. 2021.

PEREZ RAGONE, Álvaro. Aportes para Enseñanza del Derecho Probatorio: método colaborativo inducido por el diálogo socrático. **Rev. Fac. Der.**, Montevideo, n. 45, p. 262-291, nov. 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.edu.uy/pdf/rfd/n45/2301-0665-rfd-45-262.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

VENTURELLI, Fiegelist; ALEJANDRO, Boris. Importancia de la negociación en la educación legal chilena. Un análisis comparado. **Rev. Derecho**, Barranquilla, n. 51, p. 6-28, jun. 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/pdf/dere/n51/0121-8697-dere-51-6.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

WINTERSTEIGER, Lisa. Legal education beyond the academy: the neoliberal reorientation of public legal education. **Law Critique**, 30, 123–129 (2019). <https://doi-org.ez13.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s10978-019-09244-9>. Acesso em 29 jan. 2021.

## APROVAÇÃO

### COLEGIADO DO MESTRADO EM DIREITO

26/05/2023

DATA

ASS. DA COORDENADORA DO CURSO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DCSA

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2023  
Nº DA REUNIÃO DATA

ASS. DO (A) CHEFE DE DEPARTAMENTO.

### CONSELHO DE PÓS-GRADUAÇÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2023  
DATA

ASS. DO (A) PRÓ-REITOR (A)

### CONSEPE

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2023  
Nº DA REUNIÃO DATA

ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.